

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

**(67) 3318-2091** e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

**(67) 3357-2449** e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2561/2023-PGJ, DE 25.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o Colégio de Procuradores de Justiça,

**R E S O L V E :**

Designar os Procuradores de Justiça Belmires Soles Ribeiro, Irma Vieira de Santana e Anzoategui e Marigô Regina Bittar Bezerra, como titulares, e Olavo Monteiro Mascarenhas, como suplente, para integrarem a Comissão Correcional, nos termos do parágrafo único do artigo 169 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2553/2023-PGJ, DE 25.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 5 (cinco) dias de compensação no período de 17 a 21.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 2 a 9.5 e 4 a 11.7.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015; e tornar sem efeito a Portaria nº 2424/2023-PGJ, de 19.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2507/2023-PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres 4 (quatro) dias de compensação no período de 11 a 14.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 1º, 14 e 15.7 e 7.9.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2511/2023-PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 5 (cinco) dias de compensação no período de 10 a 14.7.2023, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 6 a 14.6 e 11 a 18.7.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2554/2023-PGJ, DE 25.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o seguinte servidor ocupante de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços na unidade de exercício abaixo indicada, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Wilson Flores Velasques	Técnico I/Administrativo	22.5.2023

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2555/2023-PGJ, DE 25.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002041, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnica – Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, Técnica II; 3.1) Suplente – Beatriz Almeida Ribeiro, Chefe do Departamento de Serviços da Secretaria-Geral (PGA nº 09.2023.00004963-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2556/2023-PGJ, DE 25.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE002295, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe de Núcleo de Apoio Administrativo; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00005352-9).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2557/2023-PGJ, DE 25.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 2474/2023-PGJ, de 22.5.2023, de forma que, onde consta: “PGA nº 09.2023.00004734-9”, passe a constar: “PGA nº 09.2023.00005213-0”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº e-549/2023/PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2019/2020	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO
2022/2023	20	7 a 26.8.2023	GOZO	SIM

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-550/2023/PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Eduardo FonticIELha de Rose, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	11 a 20.9.2023	GOZO	SIM
2022/2023	10	3 a 12.10.2023	GOZO	NÃO
2022/2023	10	6 a 15.11.2023	GOZO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-551/2023/PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fernando Jamusse, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	1 a 10.8.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-552/2023/PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	20 a 29.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-553/2023/PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gustavo Henrique Bertocco de Souza, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-558/2023/PGJ, DE 23.5.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Nilza Gomes da Silva, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2022/2023	10	3 a 12.7.2023	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 2497/2023-PGJ, DE 23.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Weskley Moreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 18 e 19.5.2023 e no período de 29 a 31.5.2023, em razão de afastamento do servidor Epsom Xavier Pereira, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2535/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Vinicius Ferreira Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 29ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 31ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 15.5 a 7.6.2023, em razão de afastamento da servidora Louise Isabelita Lima de Brites Padovan, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2536/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Keila Fabrícia Gongora Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca nos dias 18 e 19.5.2023 e no período de 29 a 31.5.2023, em razão de afastamento do servidor Epsom Xavier Pereira, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2549/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Rafael Massulo Bento, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 12.5.2023, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1791/2013-PGJ, de 17.12.2013, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2023.0005260-8).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2550/2023-PGJ, DE 24.5.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Greyce Kelly Gomes Santiago, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC5, símbolo MPFC-305, nos dias 11 e 12.5.2023, em razão de afastamento do servidor Paulo Roberto da Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2023.****7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expedientes:**

**1. Requerimento** subscrito pela 1ª Promotora de Justiça da comarca de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, que solicita a juntada da Ata de Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Direito, Curso de Mestrado da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentada sob o título "A tutela dos direitos fundamentais das vítimas de crimes patrimoniais no ordenamento jurídico brasileiro", bem como a Certidão de Conclusão do referido Curso. *Protocolo Unificado nº 02.2022.00037173-0. (Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00001333-3).*

**Relator-Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, tomou ciência do requerimento subscrito pela Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.*

**2. Requerimento** subscrito pela 1ª Promotora de Justiça da comarca de Naviraí, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, em obediência do disposto no inciso III do artigo 8º da Resolução 001/2016-CSMP, de 20 de setembro de 2016, apresenta, a este Egrégio Conselho Superior, cópia da dissertação de mestrado defendida, e aprovada, por esta representante ministerial, no último dia 03 de março de 2023, no curso de mestrado em Direitos Humanos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS. (Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2020.00003285-5).

**Relator-Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.**

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, tomou ciência da cópia da dissertação de mestrado defendida pela Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, e aprovada em 03 de março de 2023, no curso de mestrado em Direitos Humanos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -UFMS.*

**3. Requerimento** subscrito pela 2ª Promotora de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, com fundamento no artigo 158 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 15, inciso XI, da Lei Orgânica Nacional do Ministério e Público e na Resolução n. 001/2016/CSMP, de 20 de setembro de 2016, requerer, ouvido o Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, a concessão de Licença parcial para frequentar curso de Mestrado. *Protocolo Unificado (Protocolo Unificado nº 02.2023.00028415-0). (Processo de Gestão Administrativa n.º 09.2022.00002475-2).*

**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, referendou o deferimento do pedido de licença parcial da Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja, autorizando a se ausentar da Comarca, quinzenalmente, às quintas-feiras, para frequentar o curso de Mestrado em Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, a partir do dia 16 de março de 2023 até 16 de julho de 2023, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.*

**4. Requerimento** subscrito pela 2ª Promotora de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, Fernanda Proença de Azambuja, apresenta relatório sobre as atividades exercidas no último período de gozo de licença integral para frequentar programa de mestrado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), referente aos meses de novembro a dezembro de 2022. *(Protocolo Unificado nº 02.2023.00027559-4). (Processo de Gestão Administrativa n.º 09.2022.00002475-2).*

**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.**

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, tomou ciência do relatório trimestral das atividades realizadas pela Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja no curso de Mestrado em Direito do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.*

**5. O Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso,** em cumprimento ao artigo 8º, inciso I, da Resolução nº 01/2016-CSMP, de 20 de setembro de 2016, apresenta Relatório trimestral resumido de atividades desenvolvidas em





curso de Mestrado referentes ao período de 6 de janeiro a 4 de abril de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00044505-0*).

**Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.**

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, tomou ciência do relatório resumido de atividades trimestrais, referente ao período de 06 de janeiro a 04 de abril de 2023, desenvolvidas no curso “Master of Laws”, ministrado na Universidade de Syracuse, localizada no Estado de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, pelo Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso.*

#### **7.1.2. Julgamento de Processo:**

##### **1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00002630-0**

Assunto: Relatório Circunstanciado Final referente à atuação pessoal e funcional dos Promotores de Justiça em estágio probatório, do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul.

**Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.**

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, decidiu pelo vitaliciamento dos Promotores de Justiça André Luiz de Godoy Marques, Guilherme Pereira Diniz Penna, Janaina Scopel Bonatto, Jean Carlos Piloneto, Mayara Santos de Sousa, Murilo Hamati Gonçalves e Thiago Barile Galvão de França, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.*

#### **7.1.3. Remoções:**

##### **1. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004640-6**

Expediente: Aviso nº 22/2023/CSMP, 20.7.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da comarca Água Clara, segunda entrância.

*Deliberação: O Conselho, julgou deserto o Aviso nº 22/2023-CSMP, referente à remoção pelo critério de merecimento para a Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara.*

##### **2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004631-7**

Expediente: Aviso nº 23/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Bonito, segunda entrância.

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou o nome da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito, segunda entrância.*

##### **3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004624-0**

Expediente: Aviso nº 25/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Coxim, segunda entrância.

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou o nome do Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim, segunda entrância.*

##### **4. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004626-1**

Expediente: Aviso nº 26/2023/CSMP, 20.7.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca Chapadão do Sul, segunda entrância.

**Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa**

*Deliberação: O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome da Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira para figurar na primeira vaga da lista tríplex para remoção pelo critério de merecimento para a 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul, segunda entrância, para compor a segunda vaga da lista tríplex indicou o nome do Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França e para integrar a terceira vaga o nome da Promotora de Justiça Mayara Santos de Sousa, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.*

##### **5. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004629-4**

Expediente: Aviso nº 27/2023/CSMP, 10.2.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Naviraí, segunda entrância.



**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, indicou o nome da Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para remoção, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, segunda entrância.*

**6. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2023.00004623-9**

Expediente: Aviso nº 28/2023/CSMP, 20.7.2023, publicado no DOMPMS nº 2.881, de 24.4.2023.

Assunto: Remoção, pelo critério de merecimento, para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca Nova Andradina, segunda entrância.

**Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**

**Deliberação:** *O Conselho, à unanimidade, indicou ao Procurador-Geral de Justiça o nome do Promotor de Justiça Willian Marra Silva Júnior para figurar na primeira vaga da lista tríple para remoção pelo critério de merecimento para a 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina, segunda entrância, para compor a segunda vaga da lista tríple indicou o nome da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.*

Campo Grande, 25 de maio de 2023.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00003764-7

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- MANÁ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, representada por **Crhys Abreu de Brito**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Valor estimado anual: R\$ 22.320,00 (vinte e dois mil trezentos e vinte reais).

Vigência: 14.07.2023 a 14.07.2024.

Data de assinatura: 24 de maio de 2023.



## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE MPMS, TJMS E MUNICÍPIO DE CORUMBÁ

Processo: 09.2021.00005879-3

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Alexandre Magno Benites de Lacerda**; e pelo Promotor de Justiça da 6ª Promotoria de Justiça de Corumbá e Coordenador do Projeto, **Pedro de Oliveira Magalhães**;

2- **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Desembargador Presidente, **Sérgio Fernandes Martins**; e pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Corumbá, **Alan Robson de Souza Gonçalves**;

3- **MUNICÍPIO DE CORUMBÁ**, representado por seu Prefeito, **Marcelo Aguiar Iunes**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Corumbá**, representada pela Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município, **Amanda Cristiane Balancieri Iunes**.

Amparo legal: Artigos 65 e 116, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no artigo 8º, §2º do Decreto nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: **Prorrogação** do prazo de vigência do Termo de Cooperação por mais 12 (doze) meses, e a **alteração de itens nas Cláusulas Quarta, Quinta e Sexta** do referido Termo.

Vigência: 02.05.2023 a 02.05.2024.

Data da assinatura: 2 de maio de 2023.

## EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO

Processo de Gestão Administrativa nº 09.2022.00011957-9

Notificada: Eletroman - Serviços Especializados Ltda

ELETROMAN - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.399.201/0001-39, com sede na Avenida Dr. Fernando Costa, nº 507, Bairro Centro, CEP nº 11.950-000. Cajati/SP, neste ato representada por Paulo Roberto Marques, brasileiro, casado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 02xxxxxxx89 DETRAN/SP e do CPF nº 039.xxx.xxx-77, fica notificada da aplicação da sanção de multa moratória 10% (dez por cento) sobre o valor dos materiais não entregues no prazo devido (item 9.1.2, da cláusula nona, da Ata de Registro de Preços nº 44/PGJ/2021). A empresa poderá recorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis (artigo 109, inciso I, alínea “f”, e §§ 1º e 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993). A empresa deverá adimplir o valor total da multa de R\$ 40,15 (quarenta reais e quinze centavos) no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa. Não havendo recurso ou pagamento voluntário da multa será providenciada a inscrição da penalidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com respaldo na Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018. Havendo interesse na obtenção de cópia reprográfica ou digital do processo administrativo vinculado ao instrumento contratual, deverão ser atendidas as disposições da Ordem de Serviço nº 01/2022-PGJ, de 21 de fevereiro de 2022, disponível em <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas/download/61147>. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da Contratada, assegurando-se o contraditório e ampla defesa. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-5588, no horário de expediente das 12h às 19h. Nada mais.



## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### CAMPO GRANDE

#### EDITAL N. 02/2023-11ªPJ/CGR

#### EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 11ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMPMS), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n. 01/2023, nos termos do disposto no artigo 10 da Resolução n.º 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMPMS, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande, 24 de maio de 2023.

GRÁZIA STROBEL DA SILVA GAIFATTO

Promotora de Justiça

#### LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS N. 01/2023

PROVENIÊNCIA – 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande		PROCEDÊNCIA – 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande		
Órgão / Setor - 11ª Promotoria de Justiça		Órgão / Setor - 11ª Promotoria de Justiça		
Tipo Documental		Justificativa da Eliminação	Ano Inicial	Ano Final
Nome / Conteúdo Informacional				
<ul style="list-style-type: none"><li>• Classe/Subclasse – 000/060 – Correspondências Expedidas – Ofícios expedidos;</li><li>• Classe/Subclasse – 000/060 – Correspondências Recebidas – Ofícios recebidos, Ofícios Circulares;</li><li>• Classe/Subclasse – 000/060 – Controle de carga de inquéritos;</li><li>• Classe/Subclasse – 000/060 – Comprovante de remessa de processos;</li><li>• Classe/Subclasse – 200 – Comunicações de Flagrante (cópia).</li></ul>		Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	Exercício 2017	Exercício 2019
Responsável pelo Preenchimento: Sirlene Gomes Romeiro Vieira – Técnica II Campo Grande - MS, 24/05/2023.				

#### EDITAL N. 0017/2023/32PJ/CGR

A 32.ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

INQUÉRITO CIVIL 06.2023.00000538-1

REQUERENTE: Câmara Municipal de Campo Grande e 32.ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública de Campo Grande.

REQUERIDO: Apurar se a Unidade de Saúde da Família USF Dr. Nelson Assef Buainain – Jd Antarctica, em Campo Grande/MS, possui estrutura física e tecnológica, recursos humanos, materiais e insumos para atender às necessidades de saúde da população.

Campo Grande, MS, 23 de maio de 2023.

DANIELLA COSTA DA SILVA

32.ª Promotora de Justiça da Saúde Pública



---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BONITO**

---

**EDITAL N. 0078/2022/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2022.00000542-2

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Rogério Pitta, Dieny Berton Peralta, Thiago Oliveira Barberato, Flavia Renata Barbosa Gomes Pitta

Assunto: Apurar o desmatamento de 0,24 hectares em área Remanescente de Vegetação Nativa e área de Reserva Legal, na Chácara Fazenda- Parte 04, em Bonito/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico no 181/22/NUGEO.

Bonito – MS, 26 de outubro de 2022.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça